

A PASSAGEM DE AUGUSTO E A ASCENSÃO DE TIBÉRIO: INSTABILIDADE POLÍTICA E MILITAR NA TRANSIÇÃO DO PODER

RAFAEL DA COSTA CAMPOS*

Durante o início de sua narrativa consular do ano 23 d.C., Tácito acredita ser apropriado revisar as questões políticas que envolveram o governo de Tibério César até então. Para este autor (*Anais*, IV. 6.1), tal ano significara o começo de uma transformação de seu Principado para pior. Em princípio os negócios públicos e as questões mais importantes dos indivíduos privados foram conduzidos perante os senadores, e a fala fora permitida aos seus representantes mais proeminentes levando em consideração a nobreza dos ancestrais, o brilhantismo da carreira militar, e admiráveis qualidades em Roma, de modo que houve suficiente conformidade para que mais ninguém tivesse tido maior poder de influência (Tácito, *Anais*, IV. 6.2). Mais ainda, tanto cônsules quanto pretores desfrutaram de sua própria grandeza; o poder dos magistrados menores também foi exercido (Tácito, *Anais*, IV. 6.2).

Em meio a outras considerações sobre a conjuntura da sociedade romana até então, de todo modo Tibério assim mantivera assim seu relacionamento político com parte da aristocracia senatorial e da ordem eqüestre até o falecimento de seu filho Druso Cláudio (Tácito, *Anais*, IV. 7.1). É interessante iniciarmos nossa leitura sobre o conjunto de relações políticas entre esse Imperador e o Senado romano a partir da síntese exposta acima. Inserida em um balanço das atividades imperiais nove anos após a ascensão de Tibério César ao poder, por si só este resumo poderia anunciar a continuidade de uma paridade de poderes entre Imperador e esta instituição em acordo com o conjunto simbólico e ideológico da propaganda imperial iniciada por Augusto. Todavia, esta interpretação difere da análise inicial dos eventos políticos do governo de Tibério nos primeiros anos consecutivos ao falecimento de seu predecessor e o seu estabelecimento no comando supremo da sociedade romana.

Inicialmente, os cônsules Sexto Apuleio e Sexto Pompeio foram os primeiros a jurar fidelidade ao *Princeps*, juntamente com Seio Estrabo e C. Turrânio, respectivamente prefeito das coortes pretorianas e do fornecimento de grãos (Tácito, *Anais*, I. 7.2).

* Professor Assistente da Universidade Federal do Pampa; Doutorando em História Social pela Universidade de São Paulo.

Tácito afirma (*Anais*, I. 7.3) que o início do governo de Tibério ocorrera então por meio de um pacto com os cônsules, como teria sido na República, embora ambivalente em consideração ao comando por ter convocado os senadores para um encontro na Cúria valendo-se apenas do poder tribunício (*tribuniciae potestatis*) transmitido por Augusto (*Anais*, I. 7.3), e tendo inicialmente restringido sua responsabilidade pública tão somente à promulgação de um edito referente aos procedimentos iniciais do funeral deste último, bem como assistência por parte dos senadores para evitar tumultos como ocorrera durante o cortejo fúnebre de Júlio César (Tácito, *Anais*, I. 7.4; Dion, *História Romana*, LVII. 2.2). Entretanto, o impasse em relação às suas atitudes iniciais refere-se ao fato de que em seguida ao falecimento de Augusto Tibério teria, como um *imperator*, enviado o *signum* para as cortes pretorianas, e a soldadesca teria acompanhado-o para o Fórum e para a Cúria; e por fim enviara uma correspondência para as legiões como o Principado estivesse em sua posse (Tácito, *Anais*, I. 5-6).

Por outro lado, Dion Cássio afirma (*História Romana*, LVII. 2.1) que Tibério enviara de Nola este despacho para todas as legiões e províncias, embora não tenha se proclamado Imperador, e tampouco aceito este título, assim como não aceitara o título de *Augustus* e outros títulos a ele votados. Diante desta recusa, percebemos que ao longo de boa parte de seu governo Tibério evitou a utilização de títulos perante o Senado. Esta postura pretendia com que o *Princeps* permanecesse para os membros da aristocracia senatorial apenas como um mortal. Entretanto, a presença desta designação em moedas, inscrições, bem como em correspondências e especialmente pelo culto realizado nas províncias não significara nenhum ato inconstitucional aos precedentes romanos; sua cautela com o recebimento de denominações e títulos fora empregada principalmente com relação aos seus concidadãos na Cidade de Roma (SCOTT, 1932: 49-50).

Contudo, mesmo tendo agido desta maneira em relação ao funeral de Augusto, com a recusa na aceitação dos títulos herdados por ele em testamento, Dion Cássio pontua (*História Romana*, LVII. 2.3) que Tibério já estava em realidade administrando todos os negócios do Império ao mesmo tempo em que declarava que não o queria fazê-lo. Igualmente, como sentença em que encerra a discussão a respeito da postura de Tibério perante o Exército, Tácito afirma (*Anais*, I. 7.5) que Tibério em nenhum aspecto relutara exceto quando se dirigiu ao Senado.

Entretanto, não consideramos que a relutância de Tibério em relação à definição e aceitação de suas prerrogativas de comando tenha sido meramente um estratagema político, ou mesmo um indício de uma personalidade “dissimulada”. Veléio Patérculo, cuja interpretação dos eventos políticos concernentes ao Principado de Tibério é a única que não se apresenta de forma acrimoniosa, inicia sua breve exposição sobre os últimos dias de vida de Augusto afirmando (Veléio, *História Romana*, II. 123.1) que “chega-se ao tempo em que foi grande o medo” (*venitur ad tempus quo fuit plurimus metus*). Mais ainda, Veléio prossegue com a exposição deste panorama imediatamente após o falecimento deste último:

O quanto então os homens temeram, qual a trepidação do Senado, qual a confusão da população, qual o medo da Cidade de Roma, e em quão estreito limite entre a segurança e a ruína estivemos, por estar tão apressado em meu intento não posso nem descrever e nem dizer que o possa. Posso apenas levar adiante o que foi dito pela opinião pública: o mundo, cuja ruína temêramos, não percebemos uma agitação sequer, e a soberania de um único homem foi tamanha que nem a favor dos bons nem contra os desígnios dos maus houve uso da força (História Romana, II. 124.1) †.

Embora Veléio tenha finalizado esta sentença com a transmissão de uma idéia de que eventuais instabilidades não se concretizaram em função da soberania e da providência de Tibério, não consideramos que sua ascensão tenha ocorrido sem maiores solavancos. Diante desta constatação, observamos que em seguida ao exame dos eventos sobre o falecimento de Augusto, e em conformidade com as intenções de Tibério em assegurar o apoio militar e sua aparente hesitação perante o Senado, Tácito afirma (*Anais*, I. 7.6) que a principal razão para esta postura durante os primeiros momentos de seu governo teria sido o receio de que Germânico César – que controlava inúmeras legiões, incontáveis grupos de aliados auxiliares, e notável popularidade entre a população – “preferisse deter o *imperium* a esperar por ele” (*habere imperium quam expectare mallet*) (Tácito, *Anais*, I. 7.7). Igualmente, o temor de Tibério em relação ao então

† [...] *Quid tunc homines timuerint, quae senatus trepidatio, quae populi confusio, quis urbis metus, in quam arto salutis exitiique fuerimus confinio, neque mihi tam festinanti exprimere vacat neque cui vacat potest. Id solum voce publica dixisse satis habeo: cuius orbis ruinam timueramus, eum ne commotum quidem sensit, tantaque unius viri maiestas fuit, ut nec pro bonis neque contra malos opus armis foret [...].*

governador da província da Germânia é uma justificativa apontada por Dion Cássio (*História Romana*, LVII. 3.1; 4.1), além da desconfiança em relação às legiões da Panônia e da Germânia. Mais ainda, Tibério teria assegurado previamente o contingente de soldados na Itália por meio de pactos de aliança estabelecidos por Augusto; mas desconfiado da fidelidade de outros agrupamentos militares, teria estado pronto para afastar-se da vida pública caso as legiões se revoltassem e prevalescessem (Dion, *História Romana*, LVII. 3.2).

Não somente o apoio militar fizera parte das preocupações de Tibério diante do processo de ascensão política ao comando de Roma. Desta maneira, Tácito afirma a partir de rumores políticos (*Anais*, I. 7.6) que o *Princeps* também buscara perante a opinião pública transmitir a idéia de sua ascensão ocorrera mediante convocação e escolha pelo Estado, ao invés de maquinações de sua mãe Lúvia e de uma adoção senil por parte de Augusto; “posteriormente teria se reconhecido que sua hesitação visara uma compreensão mais clara dos interesses da aristocracia” (*postea cognitum est ad introspeciendas etiam procerum voluntates indutam dubitationem*) (Tácito, *Anais*, I. 7.7). Semelhante rumor também é considerado por Dion Cássio, ao afirmar (*História Romana*, LVII. 3.4) que quando começara a ser dito que Lúvia havia assegurado o governo a Tibério contrariamente à vontade de Augusto, Tibério tentara fazer com que o recebimento do comando não parecesse como conseqüência da interferência de sua mãe, mas como resultado da insistência dos senadores diante de sua proeminência em prestígio. Após ter percebido a receptividade da população à sua pessoa, Tibério esperara e adiara a aceitação do comando até ter se tornado completo soberano, com o receio de que na expectativa de uma voluntária abdicação ao governo a população pudesse rebelar-se antes que o primeiro estivesse pronto para governá-los.

Embora a utilização de insinuações e rumores tenha sido uma característica da narrativa política de vários autores latinos como Tácito, e esteja presente também em Dion Cássio, os rumores políticos são um contraponto interessante para a compreensão da conjuntura referente à ascensão de Tibério ao comando. Deste modo, a preocupação de Tibério com a receptividade dos senadores em relação à sua *auctoritas* demonstra que a percepção de uma conjuntura de instabilidade em Roma não dissera respeito somente à manutenção da ordem militar, mas significara também um conflituoso processo de

construção de acordos e equilíbrio na definição dos papéis políticos do *Princeps* e dos senadores.

A enunciação dos rumores apresentados acima nos auxilia na observação dos conflitos de interesse ocorridos durante os primeiros encontros entre ambos, bem nos permite uma reavaliação do processo de consolidação política do Principado durante seus primeiros governos. Em consideração ao Principado de Tibério, e mais especificamente sobre o primeiro ano consular (14 d.C.), um dos aspectos mais importantes concerne à definição da esfera de atuação do *Princeps*. Desta maneira, Velúio Patérculo aponta a existência de uma contenda em relação ao assunto:

Entretanto, houve uma espécie de luta entre os cidadãos, de um embate entre Tibério e o Senado romano para que à posição de seu pai o primeiro sucedesse, e de sua parte que o Senado permitisse-lhe agir mais como um cidadão em igualdade perante os demais do que como um princeps. Ao final foi vencido mais pela razão do que pela honra, conquanto tudo que não aceitasse ter protegido considerasse fadado à destruição, o único pelo qual tudo teria perecido continuasse a recusar o Principado por quase mais tempo do que os outros combateram para deste se apropriarem (História Romana, II. 124.2) †.

Igualmente, Tácito afirma (*Anais*, I. 11.1) que após o enterro de Augusto, Tibério novamente reuniu-se com o Senado e votos foram dedicados ao novo Imperador. Em seguida, Tibério começou a falar variavelmente sobre a magnitude do *imperium* e de suas limitações pessoais, sendo que para este somente Augusto teria sido mentalmente capaz de tamanha empreitada; tendo sido convocado por Augusto para a parceria em seus deveres, aprendera pela experiência “o quão árduo, sujeito à fortuna era o fardo de reger tudo” (*quam arduum, quam subiectum fortunae regendi cuncta onus*) (Tácito, *Anais*, I, 11.1). Do mesmo modo, Tibério teria argumentado que em uma comunidade amparada por um grande número de homens ilustres, não convinha que estes transferissem todas as coisas a um único indivíduo: “muitos poderiam mais facilmente

† [...] *Una tamen veluti luctatio civitatis fuit, pugnantis cum Caesare senatus populi que Romani, ut stationi paternae succederet, illius, ut potius aequalem civem quam eminentem liceret agere principem. Tandem magis ratione quam honore victus est, cum quidquid tuendum non suscepisset, periturum videret, solique huic contigit paene diutius recusare principatum, quam, ut occuparent eum, alii armis pugnaverant [...].*

levar adiante as responsabilidades do Estado ao compartilhar os trabalhos” (*plures facilius munia rei publicae sociatis laboribus exsecuturos*) (*Anais*, I, 11.1).

Dion Cássio afirma (*História Romana*, LVII, 2.3) que em verdade Tibério estava administrando todos os assuntos do Estado enquanto declarava que não desejasse esta tarefa. Mais ainda, possivelmente durante estes primeiros encontros com o Senado, primeiramente Tibério teria afirmado que poderia abdicar completamente do comando por conta de sua idade avançada (no momento de sua ascensão ele tinha cinquenta e seis anos) e de sua deficiência visual (*História Romana*, LVII, 2.4). De acordo com Tácito (*Anais*, I, 11.2; 12.1), a repercussão das palavras de Tibério não foi positiva perante os senadores e indícios de protesto são evidenciados. Em meio a esta conjuntura, Tibério teria afirmado que embora não fosse igual em prestígio e importância ao Estado, ele poderia assumir a proteção de qualquer parte que lhe fosse confiada (Tácito, *Anais*, I, 12.1). Igualmente, Dion Cássio afirma (*História Romana*, LVII, 2.4) que Tibério clamara por alguns associados e colegas políticos, embora não tivesse a intenção de que estes juntos devessem comandar todo o Império, como se fosse uma oligarquia, mas em contrapartida dividisse-o em três partes, uma das quais ele poderia deter para si próprio, ao passo que as outras duas ele deixaria para seus associados na administração do poder.

Deste modo, uma das partes teria consistido da Cidade de Roma e o resto da Itália, a segunda das legiões, e a terceira referente ao restante das províncias (*História Romana*, LVII. 2.5).

Quando Tibério mostrara-se insistente diante desta proposição, a maior parte dos senadores opôs-se a esta iniciativa, tendo implorado para que governasse o império como um todo. Diante deste impasse, o senador Asínio Galo teria questionado Tibério sobre “qual parte do estado gostaria que lhe fosse confiada” (*quam partem rei publicae mandari tibi velis*) (Tácito, *Anais*, I. 12.2; *História Romana*, LVII. 2.5); fato que teria deixado Tibério constrangido e o levado em seguida a contra-argumentar que não era coerente com a sua circunspeção escolher ou evitar algum elemento do qual ele preferiria ficar de todo isento (*Anais*, I. 12.2); Dion Cássio por sua vez pontua (*História Romana*, LVII. 2.6) que Tibério teria feito uma tréplica a Asínio Galo, questionando-o como poderia a mesma pessoa fazer a divisão e a escolha daquilo que se tornaria responsável.

A despeito do comentário de Tácito em que Asínio Galo teria percebido indícios de ofensa no olhar de Tibério diante desta resposta (*Anais*, I. 12.3), em verdade o primeiro teria desejado que o propósito de seu questionamento não tivesse sido de que o *Princeps* “dividisse o que não pode ser separado” (*divideret quae separari nequirent*) (*Anais*, I. 12.3), mas que pelo seu próprio consentimento devesse ser provado que o corpo do Estado era uno e necessitava ser governado pela mente de um único indivíduo (*Anais*, I. 12.3). Do mesmo modo, Dion Cássio pontua (*História Romana*, LVII. 2.6) que o senador, ao ter percebido a má-situação em que se colocara, buscara palavras para agraciá-lo e teria então dito que tinha feito tal sugestão não com intenção de Tibério detivesse apenas um terço do Império, mas sim para mostrar a impossibilidade da divisão do mesmo.

Conseqüentemente seguiu-se outra contenda que teria ocorrido em um dos encontros entre Tibério e os senadores e fora descrita por Tácito. Posto que não possamos afirmar se esta envolveu apenas o mesmo encontro ou este autor compilou aleatoriamente suas principais impressões acerca destes eventos, este afirma (Tácito, *Anais*, I. 13.4) que os senadores Q. Hatério e Mamerco Escauro também teriam se mostrado contrários à posição do *Princeps* em não assumir de forma objetiva e mais ampla as prerrogativas do poder imperial. Deste modo, Hatério teria questionado Tibério e desejado saber “por quanto tempo mais, César, se permitirás a não assumir-se enquanto líder do Estado?” (*quo usque patieris, Caesar, non adesse caput rei publicae?*) (Tácito, *Anais*, I. 13.4), e de modo semelhante “Escauro afirmara que como o *Princeps* não havia interferido contrariamente à moção dos cônsules pela prerrogativa de seu poder tribunicio, havia ainda esperança de que as súplicas do Senado não fossem em vão” (*Scaurus quia dixerat spem esse ex eo non inritas fore senatus preces quod relationi consulum iure tribuniciae potestatis non intercessisset*) (Tácito, *Anais*, I. 13.4). Por fim, em meio a esta discussão sobre a caracterização e a extensão das prerrogativas políticas à qual Tibério deveria ter assumido, bem como a presença de um eventual dissabor entre estes senadores e Tibério – a nosso ver exemplo da construção literária taciteana – Tácito afirma (*Anais*, I, 13.5) neste encontro o resultado teria sido uma inconclusiva aquiescência do *Princeps*, que não teria de fato admitido que estivesse assumindo o comando do Estado, mas havia cessado em recusar e ser questionado sobre tal.

Em relação aos questionamentos que surgiram destas discussões, percebemos que os posicionamentos de Hatério e Escauro são ainda mais explícitos do que o de Asínio Galo. Mais do que simplesmente a existência de uma contenda que visava exclusivamente à obtenção do consenso político senatorial por parte de Tibério – impressão causada pela narrativa de Tácito e Dion Cássio –, o que pode ser destacado também é que enquanto Tibério estivera oscilando entre a aceitação e a recusa do comando imperial, Asínio Galo e L. Arrúntio poderiam ter tentado fazer o primeiro perceber que sua postura não condizia com a realidade do momento político que estava sendo vivido em Roma. Politicamente, a não aceitação das prerrogativas poderia ter deixado Roma nominalmente sem um líder, o que conseqüentemente deixaria evidente a possibilidade de um conflito civil, considerando as possibilidades de um eventual apoio militar à Germânico e sua investida pela busca do comando. Além disso, o fato de Tibério não ter veementemente recusado a moção dos senadores pela aceitação do poder tribunício demonstrava que a abdicação do comando não teria sido um interesse concreto deste último (SHOTTER, 1967:37).

De todo modo, o distanciamento político dos autores que compuseram os relatos de que dispomos sobre o Principado de Tibério por vezes podem nos levar a tomar como plausível a idéia da hesitação do *Princeps* como um estratagema político pela busca de uma ampla aceitação e consenso em sua investida pelo poder imperial. Todavia, o que devemos considerar de antemão é que tanto Tácito como Dion Cássio escreveram seus relatos em um período em que a transmissão dos poderes e a ascensão de um novo *Princeps* já estavam consolidadas e a relação entre os interesses da aristocracia senatorial e o Imperador correspondiam a motivações mais claramente definidas do que durante o período de transição entre o falecimento de Augusto e a ascensão de Tibério. Neste momento histórico, não podemos visualizar claramente a transformação de certos conceitos políticos como *Res publica e imperium* apenas com o julgamento das fontes literárias. Igualmente, a nosso ver os conflitos entre Tibério e o Senado durante os primeiros encontros transcendem a idéia de uma artificiosa busca por legitimidade por parte do primeiro. Considerando a possibilidade de um redirecionamento do apoio militar para Germânico César, a eventual existência de associados políticos favoráveis a elementos da casa imperial ligados proximamente a este último, e ainda a ausência de clareza diante da constitucionalidade das prerrogativas políticas que asseguraram de

uma maneira geral o governo de Augusto, não nos soa estranho ou artificial a existência de indefinições ou os entraves concernentes ao início do Principado de Tibério.

Referências bibliográficas

DION CÁSSIO. *Roman History Books LVI-LX*. Trad. Earnest Cary. Londres: Cambridge University Press, 1994.

SCOTT, Kenneth. “Tiberius’ refusal of the title Augustus”. *Classical Philology*, Vol. 27, No. 1. (1932), pp. 43-50.

SHOTTER, D.C.A. “Tacitus Annals 1.13”. *Classical Philology*, Vol. 62, No. 1. (1967), pp. 37-39.

TÁCITO. *The Annals*. Trad. John Jackson. Londres: Cambridge University Press, 1986.

VELÉIO PATÉRCULO. *Compendium of Roman History*. Trad. Frederick. W. Shipley. London: Cambridge University Press, 1979.